

PRÁTICAS, SABERES E VISÕES DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

JOÃO CARLOS PEREIRA DE MORAES¹, PAULO GUSTAVO MACEDO²

¹ Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Licenciado em Pedagogia pela UEM e Matemática pela UENP. joaocarlos_pmoraes@yahoo.com.br

² Licenciado em Educação Física. joaomoraes@unipampa.edu.br

RESUMO

A inclusão é um processo importante na escola para que as crianças convivam entre si sem estigmas, sem preconceitos e com direitos iguais. O professor, nessa ação, é o elo entre elas para que se socializem e se adaptem ao ambiente escolar. Além de tudo isso, tornou-se um desafio para os professores a elaboração de estímulos e práticas pedagógicas positivas para todo o seu grupo de alunos. Assim, esta pesquisa tem por objetivo analisar as perspectivas, dificuldades e necessidades no processo de inclusão escolar na visão dos docentes de Educação Física. Para tanto, realizou-se a aplicação de um questionário composto por 14 questões distribuídas para 10 professores, de modo a averiguar a sua visão sobre o tema. Como resultado, percebeu-se que os professores ainda não estão seguros quanto ao processo de inclusão no contexto escolar, não tendo saberes consolidados sobre o assunto. Nesse sentido, é necessário ressaltar o papel central da reflexão pedagógica de docentes de Educação Física, tanto sobre pressupostos teóricos quanto de práticas de ensino. Vê-se que as dificuldades e as potencialidades são praticamente iguais, respeitando a constituição conceitual e epistemológica do campo de atuação. Assim, percebe-se que os educadores necessitam de melhor apoio cotidiano e de formações mais específicas e pontuais sobre Educação Especial. Além disso, os professores entrevistados pouco se relacionam, sendo assim, a troca de informações tornou-se inexistente.

Palavras-chave: Concepção Docente; Educação Física; Educação Inclusiva.

PRACTICES, KNOWLEDGE AND VIEWS OF PHYSICAL EDUCATION TEACHERS ABOUT THE INCLUSION IN BASIC EDUCATION

ABSTRACT

Inclusion is an important process taking place in schools so that children will live together with no stigmas, no prejudices and with equal rights. In this line of action, the teacher is the link between the children so that they socialize and adapt to the school ambience. In addition to all that, it is now a challenge for teachers to develop positive stimuli and pedagogical practices for the entire group of students. Thus, for this study, I have investigated the views, difficulties and needs faced in the process of school inclusion from the standpoint of Physical

Education teachers. For such, a questionnaire was applied consisting of fourteen (14) questions handed to ten (10) teachers, with the purpose of looking into their opinion on the subject. The result indicated that teachers are still not comfortable with the inclusion process in the school context, as they knowledge of the matter has not yet been consolidated. In this sense, it is necessary to emphasize the central role of the pedagogical reflection of Physical Education teachers, both on theoretical assumptions and on teaching practices. It can be seen that the difficulties and potentialities are practically the same, respecting the conceptual and epistemological constitution of the field of action. Thus, it is clear that educators need better daily support and more specific and specific training on Special Education. In addition, the teachers interviewed have little relationship, the exchange of information has become non-existent.

Keywords: Teacher's concept; Physical Education; Inclusive Education.

1 INTRODUÇÃO

Embora a legislação seja bem desenvolvida quanto a Educação Inclusiva, uma das dificuldades que ainda permanecem hoje no tema é a falta de experiência ou orientação do professor para um processo eficaz de inclusão no espaço escolar. Muitos professores não sabem nem identificar qual a deficiência que seu aluno tem e, muito menos, criar práticas de intervenção para as dificuldades de seus grupos. Assim, ele não possui facilidades ou noções para fazer uma adaptação na sua aula de maneira a incluir o seu aluno.

Em muitos dos casos, a lógica docente consiste no fato que a deficiência é uma particularidade de uma minoria, o que não a caracterizaria como elemento essencial de discussão, “pois tem em sua mente apenas que a deficiência é característica do indivíduo que é julgado como diferente ou fora do seu padrão normal” (RIBAS, 1985, p.3). Entretanto, não há uma separação tão clara entre deficiência e diferença, uma vez que todos possuem diferenças que precisam ser repensadas e respeitadas pela escola.

Ao ingressar nesse debate, torna-se necessário discutir, ainda, o que se considera por normalidade. A normalidade é a qualidade ou a condição daquilo que é normal (que está em conformidade com as normas), ou seja, aquilo que está em consonância com os padrões históricos e culturalmente desenvolvidos na sociedade. Assim, a normalidade não existe como elemento natural, mas é construída pela humanidade e passível de ser mudada (FOUCAULT, 2004). O conceito de normalidade, portanto, tem de ser estudado nas escolas de uma forma crítica e não a citando a partir de indivíduos normatizados pela cultura, com padrões mentais, visuais, auditivos ou anatômicos já previamente estipulados pela sociedade. Com isso, a própria ideia de deficiência necessita ser repensada.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, está entre os objetivos da República

Federativa do Brasil conceder o bem de todos, sem exceção e preconceitos de qualquer forma ou discriminação. Desde então, vê-se uma crescente presença, em diversas legislações, de elementos e organizações que favoreçam o princípio de igualdade. Em consonância com a ideia, no quinto artigo do referido documento, por exemplo, concede a igualdade de que "todos são iguais perante a lei [...]" (BRASIL, 1988, on-line).

Frente a tal norte, a Carta Magna aponta essa relação para o campo da educação. No artigo 205 (BRASIL, 1988), ela assegura que a educação é um direito de todos e dever do estado e da família, ressaltando, também, a igualdade de condições para o acesso e permanência do aluno na escola, proporcionando de um atendimento educacional especializado.

Nessa vertente, em 1990, foi aprovada a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990). Nessa declaração, foi ressaltado como primordial para a sociedade do século XXI o direito de todas as pessoas à educação e às garantias de igualdade às pessoas com deficiência nesse acesso. Portanto, do mesmo modo que o aluno não deficiente tem direito a todas as atividades educativas, desde recreativas ou o próprio esporte, para o aluno deficiente, segue-se o mesmo princípio. Nessa hora que entra o papel do educador, fazendo adaptações nas suas aulas ou atividades para proporcionar a todos a oportunidade de desfrutar dos aprendizados da Educação Física.

Partindo dessa proposta de oportunidades, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 ressalta a Educação Especial como modalidade de educação escolar, elencando características essenciais para a organização do seu ensino (BRASIL, 1996). Entre elas estão: sua oferta preferencialmente na rede regular de ensino; serviços de apoio especializado na escola regular; currículos, métodos e técnicas diversificadas para atender a suas especificidades; professores especializados *etc.* Isso demonstra o interesse governamental de regular e normatizar práticas educativas para a diferença, dando condições para o desenvolvimento amplo de todos.

Já em janeiro de 2008, na intenção de modificar o processo deficitário de Educação Especial, foi estipulada a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Ela estabelece a Educação Especial como modalidade educacional que permeia todos os níveis de ensino, ressaltando, ainda, que todo aluno matriculado na rede de ensino regular que precisar, deve receber Atendimento Educacional Especializado de acordo com sua necessidade e deficiência específica, não podendo essa ser causa de exclusão ou segregação (NASCIMENTO, 2015).

Embora a legislação tenha avançado na escola, nem sempre a Educação Inclusiva tem alcançado patamares desejados. Para Arendt e Kohn (2004), por exemplo, a inclusão para o aluno com deficiência é um grande obstáculo para maioria das escolas e uma grande dificuldade de adaptação e mudanças para o aluno no exercício de seus direitos sobre a educação.

Mesmo a inclusão regular no ensino sendo um direito do aluno em situação de deficiência, para que ela surta efeito, é necessário que as escolas estejam aptas e dispostas a certas mudanças para esses alunos (SALVADOR, 2004). Muito desse processo de inclusão está pautado na figura dos sujeitos que promovem a educação na escola, ou seja, em sua maioria os professores.

Nesse sentido, Falkenbach e Lopes (2010) ressaltam que os professores que dão aula na escola têm uma alta importância no decorrer da educação e da vivência do aluno na escola, sendo que o sucesso pedagógico do professor na inclusão do aluno com deficiência varia conforme o educador compreender o processo de inclusão. Assim, não é possível conceber uma escola inclusiva sem professores que se dediquem para isso (HAUG, 2017).

Nesse sentido, aos professores de Educação Física, caberia a busca pela ampliação das suas noções sobre o assunto inclusão, já que a Educação Física Escolar constitui-se em um componente curricular de grande interesse por crianças e adolescentes. A própria prática adaptada da educação física no processo de inclusão é uma atividade diferenciada e significativa para a vivência dos alunos tanto deficientes quanto não deficientes.

Mediante o apresentado anteriormente, este trabalho tem por objetivo analisar as perspectivas, dificuldades e necessidades no processo de inclusão escolar na visão dos docentes de Educação Física. A intenção é apurar se os professores de Educação Física concordam com as práticas de inclusão postas na Educação Básica, bem como compreender as necessidades, perspectivas e dificuldades desses no processo da docência.

2 METODOLOGIA

Este estudo é um estudo do tipo transversal e teve como participantes 10 professores da área da Educação Física do Estado de São Paulo, mais especificamente da cidade de Santa Cruz do Rio Pardo.

Participaram da pesquisa dez professores da área de Educação Física da rede pública da cidade de Santa Cruz do Rio Pardo. Todos cientes dos objetivos por meio de Termo de

Livre Esclarecimento e Consentimento devidamente assinados. Os professores foram denominados como: P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9 e P10.

Para coleta de dados, foi utilizado como instrumento um questionário, sendo composto por 10 questões fechadas e 4 abertas. Todas as questões estão direcionadas para prática pedagógica de cada professor, de modo a apurar dados sobre sua experiência na área da inclusão.

Os dados foram analisados realizando a triangulação entre as respostas dos docentes, os referenciais teóricos estudados e a legislação vigente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a pesquisa, coletaram-se dados sobre o histórico profissional dos professores e suas relações com a educação inclusiva, conhecimentos docentes sobre a temática, entendimentos sobre inclusão, a situação das escolas no processo de inclusão, as práticas docentes nesse contexto e as vantagens e desvantagens da inserção do aluno deficientes na escola regular na visão dos professores.

A) Quanto a caracterização do grupo, histórico profissional e suas relações com a Educação Inclusiva, observaram-se os seguintes aspectos (questões de 1 a 4):

QUADRO 1: Caracterização dos Sujeitos.

Professor	Faculdade de Origem	Sexo	Idade	Formação	Tempo de Trabalho
P1	Publica	F	48	Graduação	Mais de 10 anos
P2	Publica	F	45	Especialização	Mais de 10 anos
P3	Publica	F	45	Especialização	Mais de 10 anos
P4	Publica	M	36	Graduação	Entre 5 e 10 anos
P5	Publica	M	37	Especialização	Mais de 10 anos
P6	Publica	F	57	Graduação	Mais de 10 anos
P7	Publica	M	48	Graduação	Mais de 10 anos
P8	Publica	F	41	Especialização	Mais de 10 anos
P9	Publica	M	34	Especialização	Mais de 10 anos
P10	Publica	F	41	Especialização	Mais de 10 anos

Fonte: Dados da pesquisa

Desse modo, os sujeitos desta pesquisa são professores com formação em Graduação ou Especialização, sendo que a maioria possui mais de dez anos de trabalho na Educação Básica. Ou seja, os professores pesquisados estão num tempo razoável de docência, o que os já fizeram lecionar para um número grande de alunos na região.

B) Na visão dos próprios docentes sobre os seus conhecimentos sobre a Educação Inclusiva, foram levantados os seguintes aspectos:

QUADRO 2: Conhecimento dos professores

Professores	Conhecimentos sobre Educação Física Adaptada	Obtenção de Formação	Conhecimentos suficientes para inclusão
P1	Sim	Curso de Especialização	Não
P2	Sim	Curso de extensão, Palestras.	Não
P3	Sim	Curso de Especialização	Sim
P4	Sim	Curso de graduação	Sim
P5	Sim	Curso de graduação	Sim
P6	Sim	Curso de graduação, Cursos de extensão, Palestras, Leituras independentes.	Não
P7	Sim	Não respondeu	Não
P8	Sim	Curso de graduação, Palestras, Leituras independentes, Outros.	Sim
P9	Sim	Palestras, Leitura independentes.	Não
P10	Sim	Curso de especialização	Não

Fonte: Dados da pesquisa.

Os saberes docentes para o processo de inclusão são essenciais para o êxito de alunos em situação de deficiência, porém, muitas vezes, as formas como tais conhecimentos estão sendo elaborados na formação não são suficientes para modificar pensamentos e atitudes dos sujeitos que dela participam.

Tais elementos são suscitados na Tabela 2: Conhecimentos dos Professores. Todos os dez professores participantes da pesquisa possuem conhecimento sobre Educação Física

Adaptada, entretanto essa quantidade de informação não foi satisfatória para que eles considerem ter conhecimento sobre inclusão. Isso demonstra duas possibilidades não excludentes: 1) a formação não traz elementos significativos para os professores que a realizam e/ou 2) as discussões não conseguem permitir que os professores discutam e reflitam sobre sua prática.

Assim, conforme Falkenbach e Lopes (2010) e Schön (2000), somente quando o professor reflete sobre sua realidade é que uma formação tem a possibilidade de ser efetiva. Essa reflexão não se pode pautar numa visão imediatista, mas na produção de conhecimento pelas vivências teóricas e práticas dos sujeitos docentes.

C) Ao analisar as situações de trabalho dos docentes quanto às deficiências encontradas no espaço escolar, obtivemos as seguintes respostas:

QUADRO 3: Situação Escolar

Professor	Possui aluno deficiente na escola?	Qual o tipo da Deficiência?
P1	Sim	Mental
P2	Sim	Mental/Visual
P3	Sim	Mental/Outras
P4	Sim	Mental/Outras
P5	Sim	Física/Outras
P6	Sim	Mental
P7	Sim	Mental
P8	Sim	Outras
P9	Sim	Física/Mental
P10	Sim	Física/Mental

Fonte: Dados da pesquisa.

Como resultado da pesquisa, todos os professores têm alunos deficientes em suas escolas, sendo que a maior parte deles relata possuir, em suas escolas, alunos com deficiência “mental”. Embora os docentes considerem ter conhecimentos sobre educação física adaptada, nove professores descrevem deficiência intelectual como deficiência mental. Percebe-se, assim, que a formação ainda é deficitária (DAINEZ; SMOLKA, 2019).

Esse erro conceitual, para muitos, algo inofensivo, ressalta as visões histórico-culturais

em que vivemos. Segundo Foucault (2004), o discurso nunca vem vazio, junto a ele surgem formas de pensar, acreditar e organizar a vida social, ou seja, ao se referir aos sujeitos como deficientes mentais traduzem a não superação de uma ideologia de integração pautada em Quocientes Intelectuais (QI).

D) Quando perguntados sobre o entendimento do que seria inclusão de pessoas deficientes no ensino regular, os professores apresentaram as seguintes respostas:

QUADRO 4: Entendimento e Inclusão

Professores	Respostas ¹
P1	Uma necessidade diante do fato que todos têm os mesmos direitos .
P2	Pessoas que possuem deficiências diversas e frequentam as escolas como os outros alunos e tem aulas adaptadas e locais adaptados nas escolas .
P3	São alunos com certas limitações , mas com direito de todos aprenderem
P4	Direito de qualquer aluno , independente de seu aspecto físico ou mental. A escola deve estar apta a eles.
P5	Fazer com que alunos de inclusão participem de todas as atividades sem exceção , fazendo com que fique incluído socialmente no ambiente escolar.
P6	São alunos com limitações físicas ou mentais amenas ou severas; que não conseguem acompanhar o ensino regular , necessitando de salas de recursos e ou de atenção redobrada com monitores, e adaptações.
P7	Para que haja uma real inclusão dos deficientes no ensino regular, os professores devem estar preparados através de cursos que os especializam para tal, pois se trabalhamos para o estado, município ou privado, este deve por obrigação nos formar com aptidão às tais deficiências antes de incluir este alunado .
P8	A possibilidade de incluí-los socialmente , para que possam usufruir das práticas de acordo com suas capacidades .
P9	Assegurar um ensino de qualidade para todos os alunos , sem exceção aos portadores de deficiência.
P10	É a capacidade de entender e reconhecer o outro.

Fonte: Dados da pesquisa.

Pelas respostas dos docentes, vê-se que a maioria associa inclusão com direitos iguais (P1, P4), igualdade de participação (P5), inclusão social (P8) e ensino de qualidade (P9). Nesse sentido, nota-se que apenas P9 consegue visualizar a inclusão como processo de equidade e não de igualdade. Para Faleiros (2006), ao se referir ao termo igualdade, pensa-se

¹ Os grifos foram produzidos pelos pesquisadores.

em dar as mesmas oportunidades a todos, mesmo sabendo das diferenças entre indivíduos. Nessa condição, o sujeito em situação de deficiência sempre estará em desvantagem. Entretanto, ao estipular um ensino com adaptações curriculares, como flexibilização de recursos e regras (P2, P6 e P9), pode-se ter em evidência uma aula que promova desenvolvimento de todos e que valoriza a diferença como promotora do saber.

E) Ao longo da pesquisa, os professores também foram questionados sobre as práticas de inclusão em sala de aula. As respostas dos professores estão presentes abaixo:

QUADRO 5: Práticas docentes

Professor	O que você prioriza em suas aulas para incluir o aluno deficiente?	Quais os requisitos necessários para um professor de Educação Física poder incluir um aluno deficiente em suas aulas?
P1	Não Respondeu	A necessidade de mais capacitações e números menores de alunos por sala
P2	Não Respondeu	Primeiro, sensibilidade para entender e aceitar alunos diferentes especiais em seguida ter cursos de capacitação (com práticas) e também adaptações de matérias e espaços na escola.
P3	Tento adaptar as atividades quando há limitações, caso contrário realizam as mesmas atividades dentro de suas capacidades	Aceitação do grupo (respeito, colaboração) maneira de como conduzir a aula diante das dificuldades encontradas, respeito as suas limitações adaptando as atividades.
P4	O respeito e coletivo para que todos participem da atividade adaptada para o mesmo	Profissionalismo, igualdade, respeito e disciplina.
P5	Aulas normais com algumas adaptações pontuais.	O aluno de inclusão tem de participar de todas as atividades propostas, dentro de seu limite , sem fazer qualquer preconceito.
P6	Tento adaptar as atividades trabalhadas e envolver os demais da turma. Mesmo não tendo conhecimento o suficiente o sistema inclui.	Em 1º lugar estar preparado com o curso no mínimo de especialização a escola estar equipada com materiais adequados
P7	Não Respondeu	é de fundamental importância que o órgão contratante (município, estado ou privado) de ao professor a oportunidade da especialização

		através de OTs nos núcleos ou diretoria de ensino, capacitando – o para tal função profissional.
P8	Um atendimento individualizado para inseri-lo ao grupo de forma a dar condições de participação efetiva.	A estrutura escolar deve dar condições de acordo com as limitações encontradas. Deve haver pessoas disponíveis à auxiliar quando necessário. A escola deve proporcionar cursos específicos conforme a dificuldade, já que podem ser diversas.
P9	Sempre inserir o aluno em todas as atividades, seja modificando a atividade ou participando em momentos próprios a sua capacidade atual	Redução na quantidade de alunos na sala; estrutura física em torno da quadra acessível; capacitação atualizada e adequada ao professor para lidar com os vários tipos de deficiência; apoio familiar e dos colegas da classe visando motivação deste aluno.
P10	Não Respondeu	Primeiro ser capacitado para melhorar o trabalho com as inclusões.

Fonte: Dados da pesquisa.

A maior parte dos professores relata possuir práticas pedagógicas inclusivas; porém, mesmo assim podemos ver que alguns professores se sentem intimidados sobre suas práticas e não tem um desenvolvimento que se diga o suficiente para que essa prática seja totalmente adequada para seus alunos deficientes. Podemos acompanhar apenas sobre essa questão a dificuldade do professor para efetuar a prática da inclusão do aluno na área da educação física.

Além do citado e embora se compreenda as dificuldades das estruturas educacionais municipais, a pesquisa deixa emergir a pouca responsabilização do professor com a inclusão do aluno em situação de deficiência. Os professores que responderam os questionários atribuem os empecilhos da inclusão a elementos exteriores a sua aula, como a falta de profissionais, falta de formação e ausência de materiais (KASSAR, 2011). Ou seja, o professor não toma para si o processo de inclusão escolar (CASTELLANI FILHO, 1997).

F) Em relação às vantagens e desvantagens da presença do aluno de inclusão na escola regular, os professores pesquisados apresentaram as seguintes respostas:

QUADRO 6: Vantagens da presença do aluno de inclusão na escola regular

Professor	Sim ou	Justificação
-----------	--------	--------------

	Não	
P1	Sim	Não Respondeu
P2	Sim	Porque as atividades e possibilidades da educação física são maiores porque trabalhamos a área física e mental. E as atividades por eles realizadas podem servir de incentivo á participação de todos , não somente dos alunos com deficiência.
P3	Sim	Porque desperta no grupo o lado humano e a visão de que temos que conviver com as diferenças e o ajudar o próximo é gratificante.
P4	Sim	Socialismo , o aluno fica, mas apto a estar e conviver com outras crianças através do coletivo. Fazendo com que as outras não veem de forma diferente, e sim como um aluno especial.
P5	Sim	Na inclusão social dele com a sala, para a elevação da auto estima do aluno e melhora da condição física e mental .
P6	Sim	A educação física cria oportunidades de contato , relacionamento mais estreito que as outras disciplinas não tem. E daí o desenvolvimento natural em todos os aspectos, em especial o psicológico.
P7	Sim	E claro que sim! Tanto na forma de inclusão social, relacionamento interpessoal como no psíquico e afetivo no qual faz com que o individuo passe a se sentir um verdadeiro cidadão.
P8	Sim	Com certeza, já que se sentira capaz de interagir com os amigos pelas experiências já vividas na escola.
P9	Sim	Porque assegura primeiramente o direito de uma educação igual as demais, e dessa forma o aluno sentira motivado, respeitado e tratado igual aos demais, sem distinção e apto a desenvolver habilidades motoras raciocínio lógico e desenvolvimento mental de acordo com sua capacidade .
P10	Sim	As vezes, quando for bem trabalhado, caso contrario, exclui.

Fonte: Dados da pesquisa.

Pelas respostas dos professores, nota-se que a maioria atribui vantagens da inclusão com características sociais (P2, P4, P5, P7, P8 e P9), características intrínsecas aos sujeitos (P5 e P9) e, até mesmo, aspectos religiosos (P3). Assim, vê-se que nenhum professor associa o processo de inclusão com a criação e a produção de conhecimento no sujeito envolvido.

Essa perspectiva ressalta a permanência de uma escola quase assistencialista, momento já vivido pela educação especial (EWING; MONSEN; KIELBLOCK, 2018). Conforme Mazzotta (1995), essa proposta de ação representa uma ideologia que considera o

sujeito em situação de deficiência como alguém que precisa ser cuidado e não terá autonomia futura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o que foi exposto, é necessário ressaltar o papel central da reflexão pedagógica de docentes de Educação Física, tanto sobre pressupostos teóricos quanto de práticas de ensino. Vê-se que as dificuldades e AS potencialidades são praticamente iguais, respeitando a constituição conceitual e epistemológica do campo de atuação.

Assim, percebe-se que os educadores necessitam de melhor apoio cotidiano e de formações mais específicas e pontuais sobre Educação Especial. Além disso, os professores entrevistados pouco se relacionam, a troca de informações tornou-se inexistente.

5 REFERÊNCIAS

ARENDT, H.; KOHN, J. **Responsabilidade e julgamento**. Companhia das Letras, 2004.

BRASIL. **Constituição Federal**, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 1988. disponível em: <http://www.inep.gov.br/pesquisa/prolei/mais.htm>, acesso em 04 de dezembro de 2019.

_____. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996, disponível em: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>, acesso em 04 de dezembro de 2019.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008]. Acesso em 04 de dezembro de 2019.

CASTELLANI FILHO, L. Projeto reorganização da trajetória escolar no ensino fundamental: uma proposta pedagógica para a educação física. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 8(1), p. 11-19, 1997.

DAINEZ, D.; SMOLKA, A. L. B. A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva. **Educação e Pesquisa**, v.2 (45), p. 102-120, 2019.

EWING, D. L.; MONSEN, J. J.; KIELBLOCK, S. Teachers' attitudes towards inclusive education: a critical review of published questionnaires. **Educational Psychology in Practice**, 34(2), 150-165, 2018.

FALEIROS, V. de P. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FALKENBACH, A. P.; LOPES, E. R. Professores de Educação Física diante da inclusão de alunos com deficiência visual. **Pensar a Prática**, Goiânia, v.13, n.3, p.118-124, 2010.

FOUCAULT, M. Ditos e escritos. **Problematização do sujeito**: psicologia, psiquiatria e psicanálise, v. 1, 2004.

HAUG, P. Understanding inclusive education: ideals and reality. **Scandinavian Journal of Disability Research**, 19(3), 206-217, 2017.

KASSAR, M.D.C.M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, 41, 61-79, 2011.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. Cortez Editora, 1995.

NASCIMENTO, S. V. Políticas públicas para educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil. In: **XII Congresso Nacional de Educação- EDUCERE**. PUCPR, 2015.

RIBAS, J. B. C. **O que são pessoas deficientes**. Brasiliense, 1985.

SALVADOR. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**, 2004.

SCHÖN, D. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 2000.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para todos**. Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtiem, 1990.